

PARECER

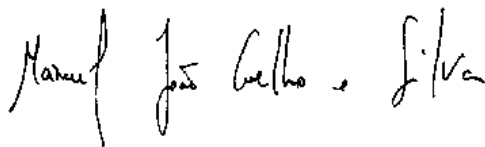
A definição do modelo de exploração do jogo é reservada ao Estado e merece ser repensado em múltiplos aspectos, entre os quais importará uma análise cuidada relativamente à corrupção no desporto e à redistribuição dos impostos decorrentes das actividades de jogo. Será apenas sobre estes dois assuntos que me ocorre prestar um contributo, acreditando que os mesmos sejam vertidos no pensamento crítico do legislador.

Primeiramente, ao referir-me à “*corrupção no desporto*”, distinguindo-a da “*corrupção do desporto*”. Este último fenómeno resulta dos agentes desportivos e tem sido alvo de recorrentes iniciativas que visam minorar a sua incidência e efeitos. Por sua vez, a “*corrupção no desporto*” está associada a organizações com elevado poder económico e estranhas ao desporto e podem ter um impacto destruidor sobre o desporto, uma vez que sobre ele possuem uma relação instrumental.

Adicionalmente, importará reconhecer a matriz organizacional do sistema desportivo em Portugal e considerar as federações desportivas com utilidade pública desportiva como entidades centrais no desenvolvimento desportivo, bem como na organização e promoção dos jogos que são parte substancial do objecto das apostas. Tal deve ser feito a dois níveis. Por um lado, na consideração do movimento associativo como elemento de consulta do processo legislativo em curso e, por outro lado, deve reconhecer-se que o modelo de desenvolvimento desportivo é parcialmente suportado por contratos-programa que têm sido alvo de recorrente redução em sede de dotação orçamental. O impacto de eventual alargamento de entidades que beneficiam do IEJ e IEJO, deverá ser adequada e cuidadosamente avaliado, bem como as percentagens atribuídas às contrapartes beneficiadas.

A dimensão dos problemas apontados não está ao alcance de ser realizado num curto espaço de tempo, nem por um único elemento a título individual: Assim, optei por apenas dar um contributo que concorra para a relevância do desporto como facto social total complexo e com implicações no desenvolvimento económico, mas também noutras políticas, com especial destaque para a juventude e educação.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1 de Julho de 2014



Manuel J Coelho e Silva, professor associado com agregação
Centro de Investigação do Desporto e Actividade Física, coordenação

<http://lattes.cnpq.br/1045017989201656>
<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=0651724116595769>
<http://www.uc.pt/congressos/pwp2013/>